

# **O EMERGIR DE UM NOVO TERRITÓRIO CAMPONÊS NOS DOMÍNIOS DO LATIFÚNDIO: o caso de São Gabriel – RS<sup>1</sup>**

## **EL EMERGER DE UN NUEVO TERRITORIO CAMPESINO EN LOS DOMINIOS DEL LATIFUNDIO: el caso de San Gabriel – RS**

**Anderson Luiz Machado dos Santos**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, Brasil  
Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET-UFSM)  
andersonlm.santos@gmail.com

### **Resumo**

As transformações produzidas a partir da luta pela e na terra vivenciada por famílias organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no espaço rural de São Gabriel, município situado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul-Brasil, são o objeto de análise deste artigo. A reflexão é conduzida a partir de uma perspectiva em que o espaço geográfico é considerado enquanto totalidade em movimento de relações e historicidade em transformação. Assim, foi possível compreender que, em decorrência de processos sociais, como a nova relação que as famílias estabelecem com a terra nos assentamentos conquistados, as relações de trabalho, a cultura política de organização e participação, bem como as diferentes estratégias traçadas para o desenvolvimento dos assentamentos, modificam-se as formas, as funções e a estrutura do espaço geográfico, num movimento de apropriação material e simbólica do espaço conquistado que resulta na construção de um novo território, o território dos camponeses-assentados.

**Palavras-chave:** MST. Campesinato. Transformações. Espaço. Território.

### **Resumen**

Las transformaciones producidas a partir de la lucha por y en la tierra, vivida por familias organizadas en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), en el espacio rural de San Gabriel, municipio localizado en la frontera oeste de Rio Grande del Sur-Brasil, son el objeto de análisis de este artículo. La reflexión es conducida a partir de una perspectiva en que el espacio geográfico es considerado en su totalidad, como un movimiento de relaciones e historia en transformación. Así fue posible comprender el resultado de procesos sociales, la nueva relación que las familias establecen con la tierra en los asentamientos conquistados, las relaciones de trabajo, la cultura política de organización y participación y también como las diferentes estrategias trazadas para el desarrollo de los asentamientos, modifican las formas, las funciones y la estructura del espacio geográfico, en un Movimiento de apropiación material y simbólica del espacio conquistado que resulta como la construcción de un nuevo territorio, el territorio de los campesinos-asentados.

**Palabras claves:** MST. Campesinado. Transformaciones. Espaço. Território.

## Introdução

No limiar do século XXI, a questão agrária se (re)significa no paradoxo do movimento espaço-temporal em que está inserida. Um dos processos reveladores desse movimento, diz respeito à criação e recriação do campesinato. No âmbito do espaço rural brasileiro, os movimentos sociais populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desempenham um papel elementar para essa criação e recriação. Entretanto, esse processo é marcado por conflitos, desde a luta pela terra, até a luta para viver e se reproduzir na terra conquistada. Assim, a questão agrária brasileira se circunscreve em um *campo de conflitos*<sup>2</sup>, onde se desenvolve a disputa de territórios entre diferentes agentes como: o campesinato, os latifundiários, os representantes do agronegócio e os aparelhos de Estado.

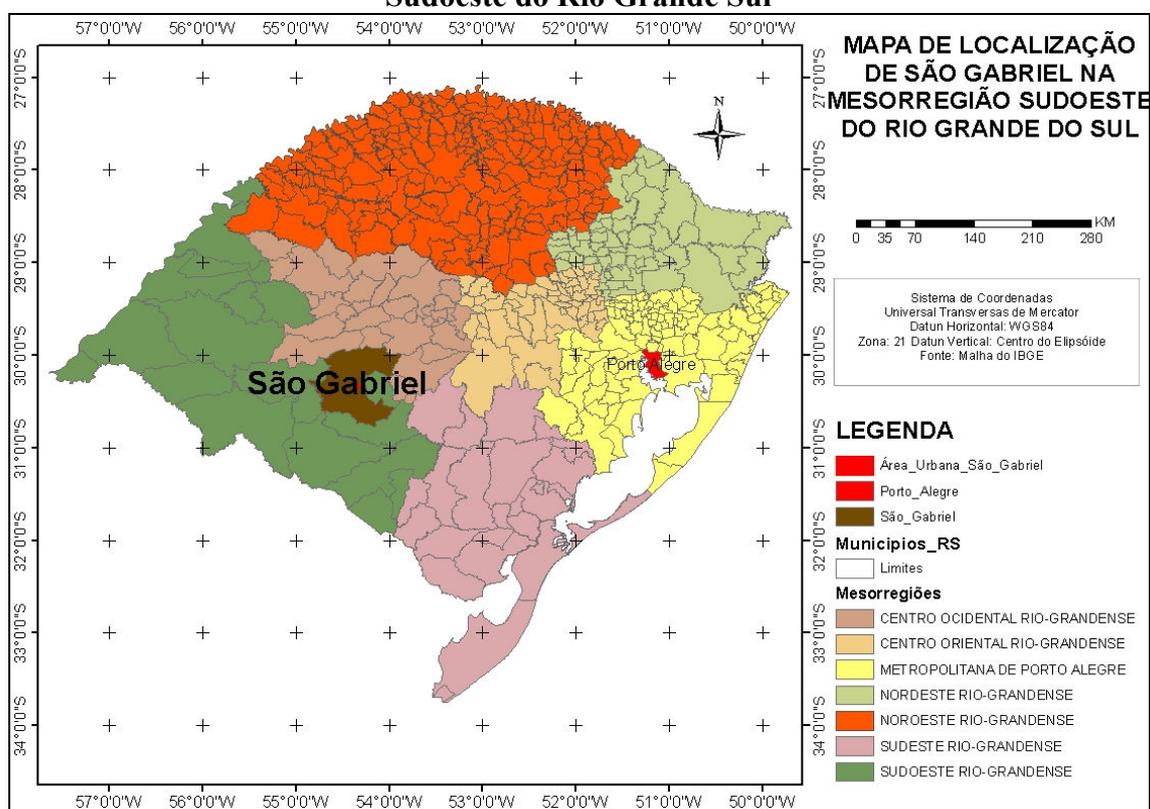
Na Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande do Sul, denominada região da Campanha Gaúcha, verifica-se um *locus* dessa conflitualidade no espaço rural do município de São Gabriel. Município situado na porção central da referida região (**Figura 1**) e conhecido no universo regional como “*A terra dos Marechais*”. Nesse espaço-tempo, ao emergir a luta pela terra protagonizada pelo MST, emergiu a reação das classes dominantes na defesa de seus territórios. Os aparelhos de Estado (aparato judicial e militar, poder legislativo e executivo) passaram a ser tensionados por ambas as partes, instaurando uma conflitualidade, inicialmente em torno da desapropriação da Fazenda Southall, uma das grandes propriedades de São Gabriel, quando, em 2003, após a vistoria realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), considerou-se a propriedade de 13.400 hectares como improdutivo. A partir de então se desenvolveram diversos embates entre o MST, os movimentos das classes dominantes e o Estado.

Como produto dos mesmos, as famílias organizadas no movimento social obtiveram conquistas parciais, como a formação de sete assentamentos rurais no período de 2008 a 2010. Ao mesmo tempo, tais famílias passaram a sofrer com as formas de violência material e simbólica impostas pelas frações de classe que compõem o *bloco no poder* em São Gabriel, tanto quanto pelas respostas emitidas pelos aparelhos de Estado na dinâmica do *campo dos conflitos* em que se circunscreve a questão agrária.

No questionamento do processo que levou a formação dos referidos assentamentos rurais, bem como na reflexão sobre as novas dinâmicas e conflitos que

emergiram após a conquista dos mesmos, estruturou-se o problema dessa pesquisa. A qual objetiva compreender as principais transformações em curso no espaço rural de São Gabriel, a partir da luta pela e na terra vivenciada pelas famílias organizadas no MST, dentro uma perspectiva em que se articulam o teórico e o empírico, com vistas a construir uma pesquisa qualitativa. Onde o levantamento de dados em fontes secundárias e a realização dos trabalhos de campo, imbricam-se à reflexão teórica no âmbito na ciência geográfica e outras ciências sociais.

**Figura 1 - Mapa de localização de São Gabriel na Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande Sul**



Fonte: IBGE (2011)

Org.: SANTOS, A.L.M. 2011.

Logo, ao identificar no MST, no Sindicato Rural de São Gabriel filiado a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) e nas Instituições Estatais, os principais agentes formadores do *campo dos conflitos* agrários em São Gabriel, realizaram-se entrevistas semi-dirigidas entre esses grupos de agentes. Paralelamente, desenvolveu-se o trabalho de campo junto às famílias assentadas no município de São Gabriel, no qual se utilizou duas técnicas de pesquisa: diários de campo e entrevistas

semi-dirigidas. Assim, foi possível conhecer o espaço dos sete assentamentos rurais conquistados pelo MST em São Gabriel e entrevistar dezoito famílias assentadas. Dessa maneira, buscou-se percorrer do intuitivo empírico à abstração teórica e vice-versa, para aproximar-se sucessivamente ao objeto da análise e restituí-lo enquanto síntese de múltiplas dimensões, a partir de uma perspectiva na qual o espaço geográfico é abordado como totalidade em movimento de relações e historicidade em transformação.

### **Nas fronteiras do Brasil meridional: a região da Campanha Gaúcha e o espaço rural de São Gabriel em questão**

Neste início de século, em que inúmeras transformações se processam no tempo e se materializam no espaço, o qual é *locus* de reprodução da vida em sociedade<sup>3</sup>, pois não existe sociedade sem a produção de seu espaço, o município de São Gabriel mantém uma identificação *sui generis*. É conhecido no universo regional do Rio Grande do Sul como “*Terra dos Marechais*”.

O município de São Gabriel é historicamente ligado as armas, Terra dos Marechais como é chamada, já que lá nasceram os Marechais João Patrício Mena Barreto, Fábio Patrício de Azambuja, o Presidente da República Hermes da Fonseca e Mascarenhas de Moraes, o comandante da Força Expedicionária na Segunda Guerra Mundial, durante as batalhas na Itália. (ARRUDA, 2011, p. 40)

Essa insígnia “*Terra dos Marechais*” instiga a reflexão, sobretudo, quando se deseja compreender as dinâmicas da produção de seu espaço rural. Mais do que quimera de um universo social distante, compreende-se na mesma um caminho indicativo de processos marcantes em uma sociedade e um espaço no qual a presença do mundo rural, foi e continua a ser significativa em sua conformação.

Contudo, para compreender a permanência dessa identidade *sui generis*, é mister situar São Gabriel, no contexto regional da Campanha Gaúcha. Região com a qual partilha a condição de espaço fronteiro nos confins do Brasil Meridional. Cujas relações presentes na historicidade e no movimento da produção desse espaço, possuem como traços marcantes a existência de sistemas hierárquicos de poder, desigualdades sociais, conflitos sociopolíticos e culturais.

### A região da Campanha Gaúcha em questão: sociedade e espaço

A utilização do termo Campanha na busca por definir a sociedade e o respectivo espaço que se estrutura no sudoeste do Rio Grande do Sul faz emergir no pensamento uma visão determinada de seu ambiente. O ambiente dos vastos campos de vegetação gramínea, inseridos na geomorfologia formada entre a Depressão Central e o Escudo Sul-rio-grandense, em que prevalece uma geoescultura de planícies e coxilhas suavemente onduladas. Por outro lado, o termo Campanha denota uma determinação política de caráter militar, pois Campanha ou Fronteira era a designação que recebiam os comandos militares responsáveis pela defesa do “Continente de São Pedro” no início do século XIX (HAESBAERT, 1988).

Foram justamente os detentores das patentes militares mais elevadas, os chamados a ocupar esse ambiente, que passou a ser incorporado pela Coroa Portuguesa no início do século XIX. Assim, é na troca metabólica entre o ambiente determinado e os sujeitos que irão reproduzir-se socialmente no mesmo, que se buscou encontrar uma ontologia da sociedade e do espaço regional da Campanha Gaúcha.

Nesse sentido, cabe destacar a condição de espaço fronteiro do universo regional em questão, tratando-se de uma fronteira em duplo sentido: fronteira política na medida em que compõe a área limítrofe do território brasileiro com outros Estados nacionais; fronteira de expansão do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico na formação social brasileira. Condições *sine qua non* para entender o desenvolvimento das formas de ocupação, apropriação e uso do espaço regional.

Como ocorreu na porção leste e centro-sul da província do Rio Grande de São Pedro, desde o século XVIII, a estratégia adotada pela Coroa Portuguesa para o domínio das novas áreas da província, tais como a fronteira oeste, foi, segundo Osório (1990), à concessão de sesmarias, onde, um pequeno grupo de estancieiros, em sua maioria militares, foi agraciada com imensas extensões de terras. Não obstante, além das generosas concessões de sesmarias, a apropriação da terra, fundamental para a formação do espaço fronteiro, também se estabeleceu por outros processos tão vis e tão importantes quanto este. Os quais dizem respeito às posses por ocupação simples, usurpações e compras de terras a preços irrisórios. Processos estabelecidos sob o signo da violência e da fraude documental por parte dos estancieiros-militares (GARCIA, 2005; FARINATTI, 2010).

Desse movimento histórico, erigiu na fronteira oeste do Rio Grande do Sul no século XIX, uma sociedade militarizada, marcada por sistemas hierárquicos de poder, desigualdades e conflitos sociais, que se reproduziam no movimento da produção do espaço regional. Constituídos a partir do movimento de apropriação de terras e animais, de colonização estável e de violenta conquista militar que permitiu a expansão da economia baseada na pecuária extensiva e o desafogo da sociedade nas áreas mais antigas. Assim, vicejou neste espaço, uma estrutura hierarquizada da sociedade, um padrão de expansão territorial a partir da reprodução de sistemas agrários extensivos em áreas de fronteira aberta, onde o trabalho escravo, o familiar e o livre, coadunavam-se, em um mundo marcado pelo signo da guerra e da fronteira (FARINATTI, 2010).

Portanto, é neste contexto de uma sociedade e um espaço marcado por sistemas hierárquicos de poder, conflitos e desigualdades sociais que se estruturam em torno da ocupação, apropriação e uso do espaço fronteiriço, que se compreende o universo regional no qual “*A terra dos Marechais*” está inserida. Universo onde a terra e o gado converteram-se em fontes de acumulação de riqueza para uma parcela minoritária da sociedade.

Mas, ao mesmo tempo, o espaço fronteiriço foi o *locus* de reprodução de uma pluralidade de sujeitos, ainda que os mesmos partilhassem de uma condição subalterna. Dentre esses se situa o campesinato fronteiriço, conforme abordam Fonseca (1994) e Chelotti (2009), representado pelos pequenos lavradores e pastores de diferentes matizes étnicas, que mesmo sem a propriedade formal da terra, estabeleciam suas dinâmicas de vida através do trabalho familiar.

Nesses termos, sem desprezar outras abordagens teórico-metodológicas, a região é interpretada conceitualmente como,

[...] um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulada em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução. (HAESBAERT, 1988, p.25).

Nesse contexto formou-se o município de São Gabriel, como produto do entrelace das frentes de expansão colonial lusitana e hispânica ao sul do território brasileiro em construção. Entretanto, sua gênese está intimamente relacionada aos ciclos de territorialização do capital<sup>4</sup>, vigentes no processo de desenvolvimento geográfico

desigual do capitalismo nas fronteiras do Brasil Meridional, bem como relacionado às visões de mundo difundidas no espaço e no tempo pelas frações de classe dominantes no contexto regional.

### **O espaço rural de São Gabriel nas contradições do desenvolvimento capitalista**

A emancipação política do município de São Gabriel-RS data de 1859. Mais do que ressaltar essa data, é importante contextualizá-la no processo de consolidação da região da Campanha Gaúcha vigente entre as décadas de 1830-1870. Segundo Haesbaert (1988), essa consolidação teve como marcos de referência a estruturação de uma fração regional de classe, dotada de interesses econômicos parcialmente divergentes em relação ao Estado Imperial, os quais se tornaram evidentes por ocasião da Revolução Farroupilha; bem como na imposição do latifúndio pecuarista enquanto espaço regional, pois à época, a atividade econômica da pecuária extensiva integrava a província do Rio Grande do Sul à economia nacional.

Esse processo de consolidação aprofundou o caráter desigual vigente na sociedade e no espaço fronteiriço. Em seu esteio situa-se o domínio da terra, a qual a partir da Lei de Terras de 1850 tornou-se propriedade privada e mercadoria que só poderia ser adquirida via compra. Essa transformação da terra em propriedade privada e mercadoria deve ser entendida, como um dos processos fundamentais do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. Trata-se da instituição do que Martins (1979/2010) chamou alhures de “cativeiro da terra”, cujos impactos na região da Campanha Gaúcha foram singulares. Dentre os quais se destacam a expropriação do campesinato fronteiriço, o qual majoritariamente não possuía a propriedade formal da terra; a elevação do preço da terra desproporcionalmente ao valor da produção pecuária; bem como a consolidação da estância, enquanto propriedade que formaliza a sujeição da renda da terra ao capital nas fronteiras do Brasil Meridional.

Não obstante, a estância (propriedade privada destinada à produção pecuária) passava a representar não apenas um espaço de reprodução econômica. Mais do que isso, é necessário compreender que

[...] a estância, propriedade latifundiária típica da chamada metade sul do Estado do Rio Grande do Sul encerra em si dois momentos essenciais: mais do que uma unidade de produção que produz bens econômicos – o gado de

---

corde criado extensivamente – constitui também um concepção de mundo que perpassa as demais classes sociais (FONSECA, 1994, p.6).

Dessa maneira, a fração de classe que outrora estabeleceu seu poder sob o signo político, ideológico e cultural do militarismo, o qual fez com que o município de São Gabriel assumisse a identidade de “*Terra dos Marechais*”, passou a articular esta forma de poder, ao poder econômico e a uma transfiguração ideológica e cultural representada pelos elementos da visão de mundo construída a partir da estância pecuarista. Na difusão de sua visão mundo na sociedade civil e de sua força sobre os aparelhos de Estado, essa fração de classe passou a construir sua hegemonia no contexto espaço e da sociedade regional, ou seja, transformou-se em classe dominante, a partir de um amálgama que congregou força e consenso<sup>5</sup>.

Mas, na medida em que a atividade pecuária passou a entrar em crise, a fração de classe regional vinculada ao mundo pastoril teve seu domínio econômico abalado, tanto quanto perdia força política diante da nova composição do bloco histórico<sup>6</sup> nacional, em que a burguesia industrial converteu-se em classe dominante no Brasil, mediante uma unidade estabelecida com os grandes proprietários fundiários. Nessa unidade, a fração de classe dos grandes proprietários fundiários situava-se em uma posição política e econômica secundária frente ao processo do desenvolvimento capitalista. Mediante a situação de crise, novas dinâmicas irão se desenvolver no espaço regional, pois a alternativa encontrada pela fração de classe regional para resistir à crise econômica e política, foi o arrendamento capitalista de parcela de suas terras para as atividades agrícolas em expansão no espaço rural do Rio Grande do Sul.

Essa nova dinâmica aprofundou o caráter rentista do capitalismo que expandia seus domínios no espaço rural da região da Campanha Gaúcha. Nesse processo o estancieiro tornou-se o sujeito da personificação da renda territorial capitalista, em função da propriedade absoluta da terra. Trata-se da concretização nas fronteiras do Brasil Meridional, do processo descrito por Kautsky (1898/1980) a partir de sua análise do desenvolvimento capitalista no campo alemão, em que,

[...] para alguém embolsar uma renda territorial, basta-lhe o título de proprietário fundiário. Quando aluga seu domínio, não carece mexer o dedo para ter o benefício da renda territorial. Para realizar o lucro que os trabalhadores lhe proporcionariam, o capitalista, mesmo no caso de não colaborar ativamente na produção, é obrigado ao menos intervir na esfera da

circulação das mercadorias, na compra e na venda. A isso foi obrigado, ao menos, até o dia em que as sociedades por ação o tornaram inútil nessa esfera, mostrando que poderiam dispensá-lo. O proprietário territorial só precisa ter a sua posse fundiária para receber as suas rendas, e muito frequentemente vê-las aumentar (KAUTSKY, 1980, p.98).

Por sua vez, os produtores agrícolas, conhecido regionalmente como granjeiros<sup>7</sup>, ao mesmo tempo em que paga a renda da terra ao proprietário fundiário, insere-se no regime de acumulação, a partir da renda que advém do caráter capitalista de sua produção. Logo, o espaço rural de São Gabriel passou a ser incorporado a esse novo padrão de uso das formas geográficas, em que a atividade pecuária passou a dividir espaço com a agricultura, enquanto alternativa à crise econômica e política vivenciada pela fração de classe dominante na região. A gênese desse processo se deu com a introdução da cultura do arroz ainda na primeira década do século XX, posteriormente com a produção de trigo, milho, soja, linho e cevada.

Como síntese, o que se verifica através do processo de expansão do domínio capitalista na região da Campanha Gaúcha, é uma mudança na base técnica da produção, uma inserção de novos agentes produtores do espaço rural e uma (re)significação nas funções deste espaço. Entretanto, esse processo ocorre sem uma alteração significativa na estrutura da propriedade fundiária que permanece altamente concentrada.

É o que se verifica de maneira singular em São Gabriel a partir da análise da estrutura fundiária do município, onde os dados do Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais (SNCR) revelam que em 2011, os imóveis rurais acima de 500 hectares (grandes propriedades), os quais correspondem a apenas 6,4% do total de imóveis rurais do município, ocupam 55,3% da área total dos mesmos. Por sua vez, os imóveis de até 100 hectares (pequenas propriedades), que representam 74,1 % do total de imóveis rurais, ocupam apenas 14,1% da área total dos imóveis rurais (INCRA, 2011).

Também, no seio das contradições do desenvolvimento capitalista na região da Campanha Gaúcha, de modo geral e no espaço rural de São Gabriel, de maneira particular, é possível identificar a constituição de um bloco no poder intra-regional, representado por estancieiros e empresários rurais. Trata-se de uma aliança entre o tradicional latifúndio pecuarista e o moderno agronegócio, o qual pode ser interpretado segundo Fernandes e Welch (2008), como um complexo sistema que abrange agricultura, indústria, mercado e finanças sob o controle do capital, o qual passou a

empreender um novo ciclo de territorialização na região da Campanha Gaúcha a partir da década 1990, com a expansão das lavouras de soja sobre as lavouras de arroz, bem como através da aquisição de terras para a silvicultura.

Nesses termos é possível interpretar a aliança entre as frações de classe de estancieiros e empresários rurais, sob o prisma da formação de um bloco no poder no interior do Estado, composto através de uma unidade conflitual, na aliança de poder e equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes (POULANTZAS, 1980). No plano econômico, a articulação entre essas duas frações de classe representa uma perseguição conjunta entre renda fundiária e lucro capitalista. No plano político há uma reconfiguração nas relações de poder, em que os estancieiros sustentam sua posição de classe a partir do poder simbólico<sup>8</sup> que passaram a exercer na historicidade e no movimento da sociedade espacializada.

### **Territórios em disputa: expressões da questão agrária na “*Terra dos Marechais*”**

Em virtude da presença de relações de poder especializadas, bem como dos conflitos existentes entre o campesinato organizado no MST, as classes que compõem o bloco no poder e os aparelhos de Estado, a análise da questão agrária na *Terra dos Marechais* é conduzida sob o viés da abordagem territorial. Nesses termos a questão agrária é interpretada enquanto uma contradição posta pelo desenvolvimento do capitalismo no campo (FERNANDES, 2006), ao mesmo tempo em que é percebida na historicidade e movimento da sociedade espacializada.

Por sua vez, o território é abordado desde a perspectiva de Raffestin (1993 p.143) para quem “é essencial reconhecer que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático”. Nesse sentido, os territórios são encarados como espaços políticos por excelência, “onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Porém, em virtude da conflitualidade presente no movimento da questão agrária em São Gabriel, incorpora-se a proposição de Dematteis (2007) na qual a problemática das relações sociais, no âmbito das dinâmicas territoriais deve abranger a noção de conflito social. Dessa forma, “para quem raciocina como Marx, isso está implícito e é inerente ao conflito de classe, no qual o território é mediador das relações sociais de produção”

(DEMATTEIS, 2007, p.9). Assim, torna-se possível compreender como os diferentes agentes constroem diferentes territórios, o que nos leva a falar em territórios, mediados e construídos pelas lutas sociopolíticas das classes e grupos sociais. Classes e grupos sociais que se comportam como atores sintagmáticos, que se territorializam no espaço, a partir de sua apropriação concreta e/ou abstrata. Portanto, a abordagem territorial em questão procura reconhecer a imbricação entre a materialidade e a imaterialidade na definição do território, a partir de relações de poder multidimensionais (HAESBAERT, 2006).

Ainda, se situa no centro dessa abordagem territorial, uma concepção processual e multiescalar do território, na qual se reconhece a existência de uma interconexão entre os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, enquanto elementos intrínsecos ao movimento da sociedade espacializada. Logo, se está de acordo com Haesbaert (2006, p. 32) para quem “a desterritorialização, é na verdade, uma nova forma de territorialização, um processo constante de destruição e construção de territórios”.

Não obstante, a presença de diferentes agentes na trama da disputa territorial em que a questão agrária se circunscreve, conduziu ao uso metodológico da noção de *campo* a partir de Bourdieu (2005), sob o ponto de vista de que “todo campo é o lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição de princípios legítimos” (BOURDIEU, 2005 p.150). Noção empregada no sentido de definir o espaço de relações, ou campo de forças formado pelos agentes que protagonizam os conflitos agrários em São Gabriel.

Na trama da disputa territorial conformada pelo MST, os representantes das frações de classe que compõem o bloco no poder e os aparelhos de Estado, verificam-se diferentes concepções que se traduzem em ações e projetos no curso das disputas existentes entre os mesmos. A gênese dessa disputa ocorreu em uma conjuntura na qual a questão agrária se recolocou como pauta política nacional com a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República. Um dos marcos do impacto dessa política no Rio Grande do Sul foi a retomada do processo de desapropriação do conjunto de estâncias pertencentes ao Sr. Alfredo Southall, um dos maiores proprietários fundiários do município de São Gabriel, cuja área de seus imóveis rurais totalizava cerca de 13.222, 19 hectares<sup>9</sup>.

Essa questão gerou a reação das frações de classe que compõem o bloco no poder no município, que retomaram a mobilização contrária a desapropriação da área para fins de reforma agrária. Nesse processo, o Sindicato Rural, filiado a Federação da Agricultura

do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) se constituiu no agente de mobilização e representação dos interesses das frações de classe dos estancieiros e empresários rurais. Por sua vez, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enquanto agente de mobilização e representação do campesinato, iniciou uma série de manifestações com vistas a pressionar pela efetivação da desapropriação das estâncias Southall. Nesse processo, os aparelhos de Estado passaram a ser tencionados por ambos os grupos.

Dois espaços-tempo construídos pelos agentes do *campo* explicitam esse momento inicial da conflitualidade em questão. Tratam-se da Marcha Sepé Tiarajú, organizada pelo MST em direção a São Gabriel, no ano de 2003, na qual se reuniram cerca de 800 famílias oriundas de diferentes acampamentos do estado do Rio Grande do Sul, que marcharam em direção a São Gabriel no intuito de pressionar pela desapropriação das estâncias pertencentes ao Sr. Alfredo Southall<sup>10</sup>. Por sua vez, as frações de classe componentes do bloco no poder, organizam através de suas entidades representativas, uma contramarcha em defesa da propriedade e contrária a chegada do MST a São Gabriel.

No seio dos embates que começam a se estabelecer entre o MST, o Sindicato Rural/FARSUL, mediados pelos aparelhos de Estado, revelam-se as concepções divergentes desses agentes que disputam o território da questão agrária em São Gabriel. Essas concepções foram apreendidas, sobretudo, no que diz respeito à interpretação que possuem a respeito da reforma agrária e da propriedade da terra, as quais resultam na projeção de diferentes modelos de desenvolvimento, bem como em novas ações na trama da disputa territorial.

### **Entre concepções e ações: a trama da disputa territorial**

Contraditoriamente a concepção do MST, que reivindica sua existência em virtude de uma questão não resolvida no curso do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, visto que este prescindiu da reforma agrária para instaurar seus domínios no país. Os representantes das frações de classe que compõem o bloco no poder em São Gabriel concebem que não há um processo de concentração fundiária, que justifique a necessidade de reforma agrária, como afirma um dos dirigentes do Sindicato Rural de São Gabriel e da FARSUL:

[...] o Rio grande do Sul tem quinhentas mil propriedades rurais. A estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, dessas quinhentas mil propriedades, a propriedade média é de 58 hectares, nós somos minifúndio. As pessoas têm visão a de que no Rio Grande do Sul é só latifúndios. E do Brasil, das cinco milhões de propriedades rurais, é 98 hectares. Então, o Brasil é minifúndio também [...] e São Gabriel tem 1710 propriedades rurais, e as propriedades médias daqui de São Gabriel são 36 hectares. Minifúndios de quase um módulo rural. Nosso modulo rural é 36 hectares, então, nós estamos dentro disso aí. Quer dizer, não existe latifúndio em São Gabriel. Pra ti ter uma idéia só 3% das propriedades rurais de São Gabriel, das 1710, tem acima de mil hectares. (ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR EM AGOSTO DE 2011)

Nesses termos, a reforma agrária é vista como algo anacrônico, não resolvendo os problemas do campo brasileiro, o qual necessita de uma política agrícola capaz de “*fortalecer e agregar valor a sua produção*”.

Também, por traz das identidades produzidas pelo Sindicato Rural/Farsul e MST, revelam-se concepções distintas em relação à propriedade da terra e, ao mesmo tempo, se explicitam momentos do processo de construção política e simbólica das classes sociais que representam no interior do campo dos conflitos. O representante do Sindicato Rural de São Gabriel e da FARSUL, afirma que essas entidades representam os “*produtores rurais*” sejam eles grandes ou pequenos. Entretanto, quando discorre sobre o direito de propriedade defende a seguinte posição:

[...] o direito de propriedade, e eu digo que o país que terminar com o direito de propriedade é um país fadado a em seguida ter uma convulsão social, porque a propriedade tem que ser mantida a qualquer custo. Nós dissemos sempre que o direito de propriedade é inabalável, é inatacável. Nós temos que defender o direito de propriedade [...] Por que é que no segmento industrial e comercial, se o pessoal tem uma indústria, demitiu mil funcionários e fechou a indústria, não tem problema nenhum? Agora, por que é que o setor do campo tem que ser fiscalizado? Então vamos fiscalizar! Uma indústria diminuiu a sua produção de máquina agrícola ou de automóveis, ninguém questiona. Agora o produtor rural tem que cumprir a função social. A propriedade é dele, ele faz o que quer. Eu acho que numa democracia, cada um, se a propriedade é dele, faz o que quer. (REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL E DIRIGENTE ESTADUAL DA FARSUL, ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR EM AGOSTO DE 2011)

Por sua vez, um dos representantes do MST expõe a concepção de propriedade, particularmente da propriedade da terra que o movimento social tem trabalhado ao longo de sua existência.

Nós compreendemos que a propriedade é um bem natural, tanto assim como a água, como o ar. Como as outras coisas que tem que estar a serviço de

cumprir uma função social. Essa é a nossa idéia. Nós entendemos que nessa luta que estamos vivendo, a terra passa a ser um dos temas que está sendo apropriado pelo capital a fim de acumulação. Portanto, está se tornando, neste período histórico, muito mais difícil de fazer a luta pela terra porque ela não se caracteriza unicamente por uma luta que enfrenta o latifúndio para produzir ou não produzir, ela está sendo uma mercadoria de acumulação dentro de uma estratégia da reprodução do capital. (MEMBRO DA DIREÇÃO ESTADUAL DO MST, ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR EM JULHO DE 2011)

Nota-se a partir desses relatos, que se contra-objetam concepções divergentes no plano das visões de mundo construídas pelas classes sociais em movimento no espaço e no tempo. A concepção de propriedade, desenvolvida no âmago das representações dos agentes de mobilização das frações de classes que compõe o bloco no poder (estancieiros e empresários rurais), expressa uma visão de mundo em que a propriedade da terra é concebida como um direito absoluto e intocável. Trata-se de uma concepção latifundista nos termos colocados por Martins (2000).

Nessa concepção, a defesa do monopólio fundiário marcante na argumentação dos grandes proprietários e empresários rurais funda uma visão elitista e excludente da propriedade, ao mesmo tempo em que demonstra a dificuldade dos mesmos em reconhecer a dimensão social da propriedade (BRUNO 2002). Essas concepções se materializam em ações no território, tais como a Campanha Vistoria Zero, desencadeada pelo Sindicato Rural e FARSUL, a partir do momento em que o INCRA anunciou a realização de vistorias em duas propriedades rurais de São Gabriel, assim como a contramarcha realizada em 2003.

A essa concepção o MST contra-objeta a visão da propriedade da terra como um bem não reprodutível, que deve se submeter à função social, mas que no contexto da formação social capitalista brasileira, encontra-se subordinada ao capital. Tal concepção orienta a forma de ação política do MST na luta pela terra, a qual tem dentre seus marcos a realização de ocupações de propriedades públicas ou privadas como um instrumento de pressão para que o Estado responda as demandas das famílias sem terra.

Trata-se de uma concepção em que a terra, é terra de trabalho e reprodução da vida, a qual orienta suas ações na disputa territorial. Sua materialização é revelada nos diferentes espaços-tempo de luta e resistência produzidos pelo movimento social entre 2003 e 2010, para colocar em pauta a possibilidade de implementação de assentamentos de reforma agrária em São Gabriel.

Na trama da disputa territorial, emerge no plano das intencionalidades dos agentes formadores do campo dos conflitos agrários, diferentes modelos de desenvolvimento para seus territórios em construção. Para compreendê-los, é importante destacar que a disputa territorial em questão está se desenvolvendo em uma conjuntura na qual o capital empreende um novo ciclo de territorialização nas fronteiras do Brasil Meridional, cuja expressão mais nítida é a aquisição de terras para a instalação do complexo produtivo papel-celulose, conhecido na região como “projeto de florestamento”. A defesa desse projeto se constitui em um novo argumento na luta contra a reforma agrária protagonizada pelas frações de classe que compõem o bloco no poder. Assim, incorporam esse projeto ao modelo de desenvolvimento que vislumbram para o seu território.

Em síntese, o que se verifica no que concerne aos modelos de desenvolvimento projetados na trama da disputa territorial, é a contraposição entre, a luta das frações de classe que compõem o bloco no poder, em busca da manutenção de um modelo de desenvolvimento calcado na grande propriedade, na produção de monoculturas, no emprego de pacotes tecnológicos multinacionais e na exploração da força de trabalho alheia, renovado pela possibilidade de implementação do complexo produtivo papel-celulose na região. Na projeção desse modelo, a terra, é terra de negócio.

Do outro lado, encontra-se a luta dos camponeses sem terra em busca de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na pequena propriedade, no trabalho familiar, na produção de alimentos com base em novas tecnologias, no qual a terra, é terra de trabalho e reprodução da vida. Suas expressões mais nítidas na dimensão concreta dos territórios em disputa dizem respeito à produção simples de mercadorias desenvolvida no território camponês em construção e, a reprodução ampliada do capital<sup>11</sup> vigente nos territórios do latifúndio e agronegócio.

### **Transformações nos domínios do latifúndio: a construção do novo território camponês**

Na disputa territorial inerente a questão agrária na *Terra dos Marechais*, a luta pela e na terra vivenciada pelas famílias organizadas no MST, produziu espaços-tempo de luta e resistência capazes de propiciar conquistas parciais a esse movimento social. Ao mesmo tempo, sua ação no espaço tem realizado transformações nos domínios do latifúndio e do

agronegócio, na medida em que os sujeitos organizados no movimento social constroem um novo território no espaço rural de São Gabriel, o território dos camponeses-assentados.

Sob o ponto de vista no qual a espacialização e a territorialização do movimento social são processos interativos como aponta Fernandes (2000, 2005), é possível compreender que na espacialização emergem os espaços-tempo de luta e resistência, ou o contraespaço como denomina Alentejano (2006), que manifesta à contra-hegemonia às relações instituídas pelo latifúndio e agronegócio. A partir, desses espaços-tempo, ocorre o enfrentamento às relações de poder que propiciam a territorialização do movimento social. Nesses termos, a territorialização corresponde a “um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção destas no espaço” (SOUZA, 2009, p. 60).

Nessa dinâmica espacial, merecem destaque como espaços-tempo de luta e resistência que possibilitaram as conquistas parciais do movimento social, as Marchas organizadas pelo MST nos anos de 2003 e 2007, as ocupações e manifestações realizadas entre 2008 e 2009, além das lutas cotidianas conformadas em cada espaço-tempo dos acampamentos organizados pelo MST no estado do Rio Grande do Sul.

O acúmulo de forças oriundo desses espaços-tempo de luta e resistência se configurou como definidor para que se instalasse um “*um pé da reforma agrária em São Gabriel*” como afirmam os dirigentes do MST, pois, através dos mesmos o movimento social produziu uma crise de hegemonia<sup>12</sup> momentânea nos domínios do latifúndio e do agronegócio. Como resultado desse processo, em dezembro de 2008, foi realizado o ato de entrega das áreas desapropriadas para a formação de assentamentos rurais, dentre as quais se situam: Estância do Céu (uma das estâncias da Fazenda Southall), Fazenda Iguaçú, Fazenda São José do Zambeze e Fazendas São Paulo I e II em São Gabriel, além de uma propriedade adquirida no município vizinho de Santa Margarida do Sul e outras duas no município de Alegrete, através das quais foram assentadas cerca de 600 famílias na região.

Por sua vez, com a conquista dos assentamentos iniciou-se uma nova fase no processo de espacialização e territorialização do MST em São Gabriel, pois o assentamento, ao ser concebido como um território conquistado se torna um novo recurso na luta pela terra que representa, sobretudo, a possibilidade de territorialização do Movimento (FERNANDES, 1996). Assim, emergem novas frentes de luta que se materializam no espaço produzido pelas famílias organizadas no MST. A luta para viver

e se reproduzir na terra conquistada, bem como a luta pela conquista de novos assentamentos que alterem a estrutura fundiária, promovem a mudança nas relações poder e consolidam o processo de territorialização do movimento social.

A partir dessas frentes de luta, as famílias assentadas passaram a reivindicar o acesso à educação para as crianças; ao saneamento básico e a saúde pública; bem como a regularização e liberação dos créditos para a produção e construção de suas habitações, políticas de responsabilidade do INCRA e outros aparelhos de Estado. Para obter esses direitos novos espaços-tempo de luta e resistência são organizados, tais como a ocupação da prefeitura municipal e do escritório regional do INCRA em São Gabriel em 2009.

Também, permaneceu organizado em São Gabriel um acampamento, denominado Sepé Tiarajú e o MST continuou a reivindicar a desapropriação das outras estâncias da Fazenda Southall, bem como de duas outras grandes propriedades, a Fazenda Antoniazzi (7 mil hectares aproximadamente) e Fazenda Trinta e Três (1,8 mil hectares aproximadamente). Assim, após os processos de ocupação da prefeitura municipal e do escritório regional do INCRA, o MST organiza uma nova ocupação na Fazenda Southall, realizada no ano de 2009.

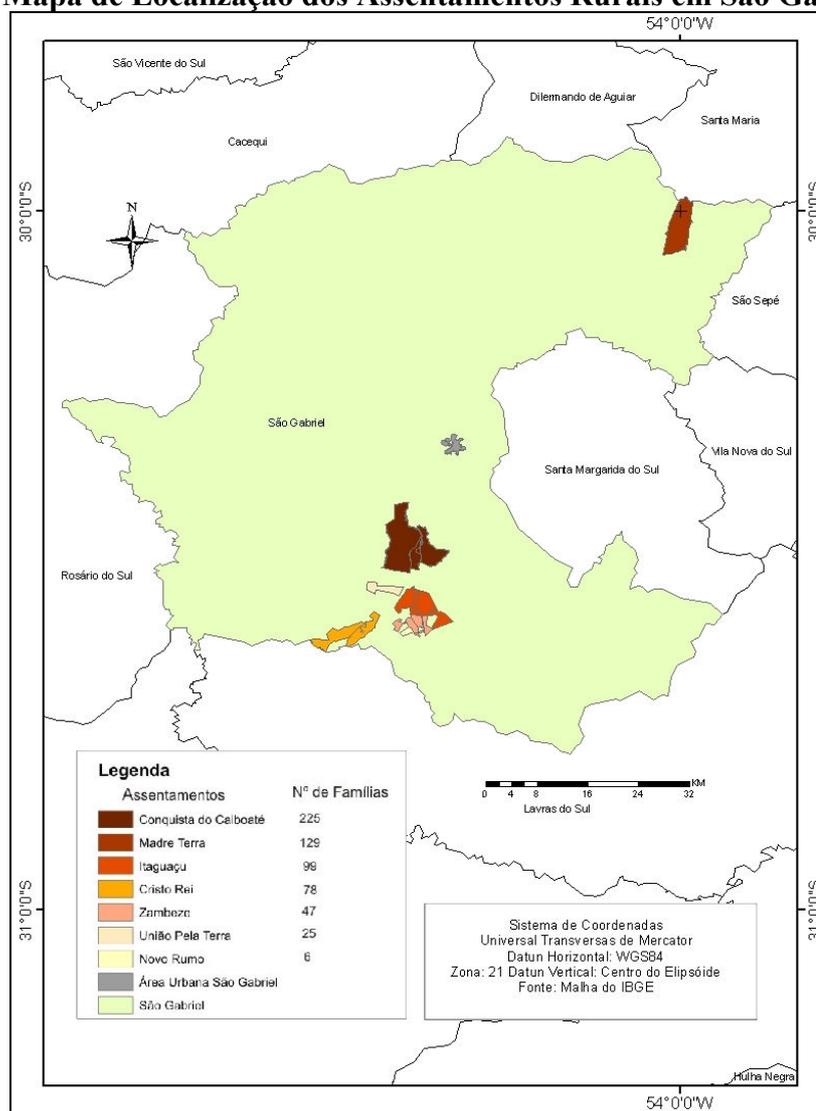
Essa ocupação se configurou como um dos momentos mais tensos da luta pela terra em São Gabriel. A brutalidade da repressão empreendida pelos aparelhos de Estado sobre as famílias que participavam da ocupação, representada pelo aparato jurídico de reintegração de posse e uso da força policial para cumpri-lo, culminou no assassinato de um dos trabalhadores rurais sem terra pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Mesmo assim, o MST “*segue na luta*”, alguns dias depois o Movimento ocupa a Fazenda Antoniazzi resistindo a novos processos de repressão, até receber um novo mandado de reintegração de posse da área e ter de se retirar da ocupação. Entretanto, esses espaços-tempo de luta e resistência não trouxeram apenas perdas, também resultaram em novas conquistas para as famílias em luta, como a desapropriação da Fazenda Santa Rita IV, em 2009, e da Fazenda Trinta e Três em 2010. É em meio a esses processos de espacialização e territorialização, de luta pela e na terra, que vão se processando as transformações na dinâmica da produção do espaço rural em São Gabriel que permitem identificar a construção do novo território camponês.

### As transformações nos domínios do latifúndio

Com a formação de sete assentamentos rurais em São Gabriel (**Figura 2**), cerca de 600 famílias conquistam um novo espaço para viver e se reproduzir. No processo de pela e luta na terra, aos poucos as relações sociais instituídas pelo latifúndio e agronegócio vão sendo desterritorializadas do espaço que passa a ser apropriado material e simbolicamente pelas famílias assentadas.

**Figura 2 - Mapa de Localização dos Assentamentos Rurais em São Gabriel**



Fonte: INCRA (2011).

Org.: SANTOS, A. L. M. 2012.

Nesse sentido, o espaço abordado a partir das noções de totalidade e totalização, historicidade e movimento, pode ser definido teórico-metodologicamente pelas

categorias *forma*, *função* e *estrutura*. Esses três elementos formam a totalidade do espaço, e não existem de forma isolada. Mas, “em realidade, nenhuma dessas três categorias existe separadamente e apenas sua utilização combinada pode restituir-nos a totalidade em seu movimento” (SANTOS, 1997, p.39). Portanto, a noção de totalidade, nessa perspectiva, não é encarada como estática, mas como um permanente movimento em processo de totalização, “é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para tornar, de novo, um outro todo” (SANTOS, 2008, p.117).

Entretanto, outra categoria mister para entender a totalidade espacial em movimento, é a de processo, que permeia as outras três categorias. “Os processos nada mais são do que uma expressão da totalidade, eles são o instrumento e o veículo da metamorfose da universalidade em singularidade por que passa a totalidade” (SANTOS, 2007, p.199). Assim, transformações na dinâmica da produção do espaço podem ser apreendidas a partir das relações entre processo, estrutura, função e forma, que se realizam no tempo e se manifestam nas diferentes escalas espaciais.

No quadro da formação dos assentamentos rurais em São Gabriel, percebe-se que a terra de especulação e exploração controlada por poucos, dá lugar à terra de trabalho e reprodução da vida. A divisão das grandes propriedades origina a forma espacial dos pequenos lotes com média de 20 hectares cada um (**Tabela 1**). Nessa terra conquistada se desenvolve o trabalho familiar, a cultura de organização em comunidades e grupos de produção, bem como a participação menos individualizada dos sujeitos para traçar as diferentes estratégias que viabilizem a reprodução no espaço.

**Tabela 1 - Projetos de Assentamentos: N° de Famílias e Média dos Lotes**

Projeto de Assentamento	Área Adquirida (ha)	N° de Famílias	Médio dos Lotes (ha)	Ano de Implementação
Estância do Céu	4.953,13	225	22.0139	2008
Itaguaçu	2.037,83	99	20.5841	2008
São Paulo 1.	548.70	25	21.9481	2009
São Paulo 2.	122.33	6	20.3885	2008
S.J Zambeze	873.7	47	185894	2008
Santa Rita	2.252,79	129	17.4635	2009
Trinta e Três	1835.59	78	23.5332	2010

Fonte: INCRA (2011).

Org.: SANTOS, A. L.M. 2011.

Para tal, as famílias assentadas contam com o fomento do Programa Nacional de Reforma Agrária que abrange um total de R\$ 12.600,00 divididos em três parcelas de R\$ 3.200,00, os quais devem ser investidos em alimentação, construção das primeiras habitações, instrumentos de trabalho e projetos de desenvolvimento dos assentamentos. Entretanto, muitas famílias assentadas relataram que sequer tiveram acesso à primeira parcela deste incentivo. Assim, nos assentamentos mais recentes, conquistados em 2009 e 2010, muitas famílias ainda vivem em barracos de lona e em condições de vida precárias.

Não obstante, a simbologia da luta pela terra é impressa no espaço conquistado, que recebem os nomes de assentamento Conquista do Caiboaté (Estância do Céu), Madre Terra (Fazenda Santa Rita), União Pela Terra (Fazenda São Paulo 1), Novo Rumo (Fazenda São Paulo 2), Cristo Rei (Fazenda Trinta e Três). Alguns ainda mantêm os nomes das antigas fazendas como Zambeze e Itaguaçu, mas a representação da luta pela terra e o sentimento de conquista não são menores entre as famílias.

Nessa imbricação entre a reprodução material e simbólica, identificam-se as diferentes estratégias para viabilizar a permanência das famílias na terra, dentre as quais se situam três grandes linhas: a produção para o autossustento, a produção de leite e a produção do arroz orgânico. O autossustento envolve a criação de animais como porcos, galinhas, vacas; a produção de hortaliças em pequenas hortas; a fruticultura; as pequenas lavouras de feijão, milho, trigo e mandioca. Produz-se “*de tudo um pouco*” como relatam as famílias. Essa produção garante as famílias o consumo de alimentos básicos para sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que comercializam seu excedente.

Recentemente, através de uma parceria com a Cooperativa dos Assentamentos de Santana do Livramento (COPERFORTE), iniciou-se o estabelecimento da rota do leite nos assentamentos de São Gabriel. Nesse processo, a cooperativa fornece os resfriadores e se responsabiliza pela coleta da produção. Os assentados entram com a força de trabalho e os animais, em alguns casos os animais, são adquiridos com recursos provenientes dos fomentos liberados pelo programa de reforma agrária, em outros com recursos próprios.

Por sua vez, a estratégia de produção do arroz orgânico congrega dois elementos que são incorporados pelas famílias assentadas: o potencial das propriedades que possuem áreas de várzea e reservatórios de irrigação para as lavouras, bem como o projeto de desenvolvimento territorial delineado pelo MST no campo de suas intencionalidades, o qual se baseia na agroecologia em contraposição ao agronegócio.

Essa estratégia é encarada pela direção do movimento social, tanto como uma forma de viabilizar a reprodução econômica das famílias, quanto como um elemento de enfrentamento político e alternativa ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Essa proposta é viabilizada através de uma parceria com a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), que possui uma experiência de mais de dez anos com a produção do arroz orgânico. Para viabilizar essa estratégia, a cooperativa é responsável pelo fornecimento das sementes, assistência técnica às famílias assentadas e pela compra da produção. As famílias organizam-se em grupos de produção para construir a lavoura, geralmente em parceria com seus vizinhos, pois podem destinar no máximo 4,7 hectares de sua propriedade para a produção do arroz orgânico, conforme edital estabelecido pelo INCRA que regulamenta esse tipo de produção nos assentamentos de reforma agrária no Brasil.

É partir desse amálgama composto pelos processos materiais e simbólicos, em que entram em cena o trabalho familiar, a cultura de organização e participação, os símbolos da luta e as diferentes estratégias de reprodução, que o espaço é transformado. As expressões dessas transformações se manifestam na configuração da paisagem no espaço conquistado, a qual se torna mais heterogênea e diversa na medida em que incorpora a pluralidade de elementos inerentes a reprodução da vida nos assentamentos, onde o maior número de sujeitos repovoa o campo, a organização em pequenos lotes e a diversidade produtiva reconfiguram a imagem do espaço rural. Nesse sentido, compreende-se que a paisagem está contida no espaço, corresponde ao conjunto de formas, que num dado momento histórico, exprime as heranças das sucessivas relações localizadas entre homem e natureza (SANTOS, 2008).

Também, a partir das relações que estabelecem entre si e com a exterioridade, as famílias assentadas constroem uma territorialidade. A qual “reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma comunidade” (RAFFESTIN, 1993, p.158). Essa territorialidade pode ser interpretada como uma territorialidade ativa, a qual deriva “da ação coletiva territorializada e territorializante dos agentes locais e se dirige a construção de estratégias inclusivas” (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005, p. 45).

Na construção dessa territorialidade, os agentes se inserem nas relações de poder local sem aceitar as imposições e as estratégias de controle dominantes, pois as examinam de forma ativa e frente às mesmas forjam sua autonomia relativa. Portanto,

“en la territorialidad activa los agentes juegan papeles y desarrollan acciones. Se configuran, de este modo, estrategias de respuesta y de resistencia respecto a la impositiva del control y así se construyen también cambios e innovaciones” (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005, p.45).

A formação dessa territorialidade entre a comunidade de assentados contribui para a transformação nas relações de poder e na cultura política local. Processo que se manifesta na maior participação popular e na contestação das relações que asseguram o exercício da hegemonia das frações dominantes em São Gabriel. A exemplo de como esse processo vem ocorrendo, aponta-se a organização do “Movimento Filhos Desta Terra”, que reúne cerca de 200 famílias, dentre as quais situam-se pequenos arrendatários, pequenos posseiros e trabalhadores assalariados de São Gabriel, que organizaram um acampamento na localidade de Suspiro e passaram a reivindicar a conquista da terra própria para sobreviver. Por sua vez, no espaço urbano emergem lutas populares como a luta contra privatização da água e a revitalização das ruas no município.

#### **A construção do novo território camponês: a reinvenção do modo de vida, os dilemas da posição de classe subalterna e os projetos de futuro**

Na luta para viver e se reproduzir na terra conquistada emerge o novo território, nesse processo as famílias organizadas no MST reinventam seu modo de vida. Ao mesmo tempo, passam a partilhar de uma posição de classe subalterna na trama das relações de poder que circunscrevem a questão agrária em São Gabriel. Na relação com o novo espaço que produzem socialmente, enfrentam os dilemas da subalternidade e delinham seus projetos de futuro no território camponês em construção.

Nesses termos a condição camponesa desses sujeitos, abrange uma posição ambígua, na medida em que se percebe no campesinato a constituição de um modo de vida e a formação de uma classe social. Como modo de vida, os camponeses congregam diferentes elementos, tais como, a relação com a terra, o trabalho familiar, a organização em comunidades (SHANIN, 2008).

Ao mesmo tempo, o campesinato constitui uma classe social *sui generis* que partilha de uma posição subalterna no sistema de relações de poder, em que, “su sujeición política se conecta con la subordinación cultural y con su explotación

econômica” (SHANIN, 1979, p.12). Por sua vez, esta posição de classe deve ser vista, “como una interrelación social, una interrelación de conflito con otras clases y grupos. Fuera de estas interrelaciones, una clase deja de existir” (SHANIN, 1979a, p.228).

A construção do modo vida camponês é percebida na multiplicidade de elementos encontrados entre as famílias assentadas em São Gabriel, tais como: a relação que estabelecem como a terra estruturada em torno da noção de terra de trabalho e da concepção de espaço de liberdade; na concepção que possuem do seu processo de trabalho, que se configura como meio de satisfação das necessidades familiares e construção de sua dignidade. Bem como na construção da comunidade enquanto espaço de sociabilidade e socialização desses sujeitos. Por sua vez, a lógica da reprodução familiar é o elemento nuclear que norteia suas ações e concepções no espaço e no tempo.

Mas, essa construção é marcada pelos dilemas da posição de classe subalterna que se situam no sistema de relações de poder instituído no espaço e na sociedade de São Gabriel. Esses dilemas são explicitados no âmbito cultural, pela violência simbólica do preconceito e da estigmatização que as famílias assentadas sofrem em decorrência de seu modo de vida. No âmbito político, a subalternidade é revelada na medida em que as famílias são privadas de possibilidades materiais de reprodução suas vidas, pela ausência, ou morosidade na implementação de políticas públicas que os auxiliem no desenvolvimento dos assentamentos rurais. O que é evidenciado em decorrência da não implementação do saneamento básico e energia elétrica nos assentamentos; pela dificuldade de acesso saúde e a educação para as famílias; bem como na dificuldade do acesso aos recursos públicos para o financiamento de sua produção.

Essa subalternidade cultural e política se reverberam em uma subalternidade econômica, pois, ao não conseguir se consolidar economicamente e não inserir-se nos circuitos econômico-espaciais hegemônicos, as famílias assentadas passam a sofrer com desmoralização empreendida pelos representantes das frações de classe dominantes. Os quais afirmam que os assentamentos não contribuem para o desenvolvimento econômico de São Gabriel, pois são improdutivos e suas terras se encontram arrendados.

Entretanto, no enfrentamento desses dilemas, emergem as respostas dos camponeses- assentados, as quais explicitam momentos e dimensões de sua formação de classe social. Esses momentos e dimensões se manifestam nas diferentes formas de

ação política, na elaboração de uma racionalidade econômica distinta e no delineamento de seus projetos de futuro.

No que se refere às formas de ação política identificam-se diferentes padrões de ação entre os camponeses-assentados, que vão da passividade camponesa, relevada nas expressões “*temos que esperar*”, “*tem que ir agüentando*”, “*espero que as autoridades olhem por nós*”, até as ações de classe independente, que recuperam o sentido de sua territorialidade ativa. Os exemplos mais nítidos desse padrão de ação política são a realização de mobilizações, ocupações de terras e de prédios públicos como a prefeitura municipal de São Gabriel e no escritório regional do INCRA, para reivindicar o acesso a políticas públicas como saúde, educação, saneamento básico, construção de estradas e liberação de créditos para o desenvolvimento dos assentamentos, dentre outras pautas.

Contudo, essa ambigüidade entre passividade e ação política, denota como, o campesinato se constitui enquanto uma classe com um escasso “caráter de classe” (SHANIN, 1979a). Mas, tem sido através de suas ações mais contundentes que os camponeses-assentados realizam suas novas conquistas, tais como a construção de duas escolas pólos nos assentamentos de São Gabriel; a construção de mini-poços artesianos nos assentamentos; a manutenção de estradas em um acordo realizado com a prefeitura municipal e a construção de uma unidade básica de saúde no assentamento Madre Terra.

Paralelamente, as famílias assentadas elaboram suas respostas à situação de subalternidade econômica, através do desenvolvimento de uma racionalidade distinta da hegemônica. Trata-se da elaboração de uma economia familiar, na qual há um plano não monetário e um plano monetário. Nesse processo, os camponeses-assentados produzem para o autoconsumo e se inserem no mercado sob a condição de produtores simples de mercadorias, cuja lógica é vender para comprar. Ou seja, além de produzir os alimentos que são consumidos internamente para a satisfação do grupo familiar e manutenção das atividades produtivas, os camponeses assentados comercializam o excedente de sua produção, diferentemente da lógica capitalista dominante em que se compra para vender. Nessa dinâmica, ativam novos circuitos econômico-espaciais.

Também, em muitos casos, as famílias utilizam o trabalho fora da terra conquistada como uma estratégia para reproduzir sua condição camponesa. O que denota a importância de levar em consideração a multiplicidade de elementos vigentes nas diferenciações socioeconômicas e espaciais para compreender as diferentes

territorialidades que os camponeses produzem em cada espaço-tempo que se inserem. Nesse sentido, como aponta Paulino (2006, p.333) “muitas vezes o assalariamento do trabalhador não adquire um sentido de proletarização, mas é um instrumento de fortalecimento da condição camponesa.

A partir de suas diferentes trajetórias, os sujeitos que se reterritorializam no espaço rural de São Gabriel. Nesse sentido, a reterritorialização é concebida como a linha de retorno que permite a construção do território em novas bases (HAESBAERT, 2006). Nesse movimento emerge a diversidade de um grupo social que no momento da luta pela terra parecia homogeneizado pela identidade de sem terra.

Assim, os saberes incorporados em suas trajetórias lhes acompanham e se (re)significam, o que permite inferir a existência de diferentes *habitus*<sup>13</sup> entre os camponeses-assentados, os quais são importantes para compreensão dos diferentes projetos de futuro que se delineiam no território em construção, que vão da busca pela autonomia e a construção do novo, ao desejo de abandono do território. Na compreensão deste último caso, torna-se significativo perceber que no delineamento do projeto de abandono, os sujeitos são eclipsados mais pelas situações limites que se encontram no presente, do que pela (re)significação de seus saberes ao longo de suas trajetórias na luta pela terra, questão que torna difícil a projeção de um futuro melhor a partir da terra conquistada.

É nessa unidade e diversidade, que está em construção, na “*Terra dos Marechais*” um território distinto e singular. Distinto tanto do território dos camponeses fronteiriços, quanto dos territórios do latifúndio e do agronegócio presentes em São Gabriel e na região da Campanha Gaúcha. Singular, pois ainda que vivenciem contradições internas, sua construção tem sido pautada pela perspectiva de luta e resistência às impositivas do capital e das classes sociais que compõem o bloco no poder na região.

### **Considerações Finais**

Através dos procedimentos metodológicos dessa pesquisa, foi possível compreender que em decorrência da luta pela e na terra protagonizada pelas famílias organizadas no MST, emergem transformações em uma sociedade e um espaço marcado por sistemas hierárquicos de poder, conflitos e desigualdades sociais, como é o caso de São Gabriel, que está inserido no universo regional da Campanha Gaúcha.

Essas transformações decorrem de processos sociais, como a nova relação que as

famílias estabelecem com a terra, estruturada a partir da noção de terra de trabalho e espaço de liberdade; bem como as relações de trabalho; a cultura política de organização e participação e as diferentes estratégias traçadas para o desenvolvimento dos assentamentos. A partir desses processos, modificam-se as formas, as funções e a estrutura do espaço geográfico. Ainda, ao desenvolver a luta pela e na terra, as famílias organizadas no MST constroem uma territorialidade ativa, a qual contribui para a transformação das relações de poder e da cultura política local.

Na medida em que se reterritorializam no espaço, os sujeitos reinventam seu modo de vida, mas, na trama das relações de poder inerentes a questão agrária na *Terra dos Marechais*, os camponeses-assentados situam-se em uma posição de classe subalterna. Ao enfrentar os dilemas da subalternidade, elaboram suas respostas e seus distintos projetos de futuro, num movimento de apropriação material e simbólica do espaço conquistado. Processo que resulta na construção de um novo território, o território dos camponeses-assentados.

Um território distinto e singular, distinto tanto do território dos camponeses fronteiriços, quanto dos territórios do latifúndio e do agronegócio presentes em São Gabriel e na região da Campanha Gaúcha, onde a terra deixa de ser mera fonte de exploração e especulação, para torna-se terra de trabalho e reprodução da vida. Singular, pois ainda que vivenciem contradições internas, sua construção tem sido pautada pela perspectiva de resistência às imposições das classes sociais que compõem o bloco no poder, em uma sociedade e um espaço, marcados pela força de elites agrárias que fundamentam seu poder sob uma concepção latifundista e excludente da propriedade da terra, revelada nos momentos em que sua hegemonia é ameaçada.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Artigo referente à dissertação de mestrado intitulada - *O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio - O caso de São Gabriel-RS* - desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria no período de 2010 a 2012, orientada pelo Professor Doutor Cesar De David, com financiamento da pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES-Brasil).

<sup>2</sup> A noção de campo é empregada aqui a partir de Bourdieu (2005), por sua vez o uso metodológico dessa noção para análise dos conflitos agrários é uma proposição desenvolvida por Da Ros (2006) no sentido de delimitar o espaço das relações, ou campo de forças entre os agentes em embate, no âmbito da questão agrária.

<sup>3</sup> Como afirma Lefebvre (1976), o espaço não pode ser encarado como um dado a priori desvinculado da atividade social. Mas sim, é um resultado desta atividade, pois toda sociedade produz seu espaço. “[...] no

**O emergir de um novo território  
camponês nos domínios do latifúndio:  
o caso de São Gabriel – RS**

se considera el espacio como um dado a priori, bien sea del pensamiento (Kant), bien seja del mundo (positivismo). Se ve en el espacio el despliegue de una actividad social”. (LEFEBVRE 1976, p.40)

<sup>4</sup> A noção de ciclos de territorialização do capital foi desenvolvida a partir da leitura de Oliveira (1994) para quem uma das faces do desenvolvimento do capitalismo no campo é territorialização do capital monopolista.

<sup>5</sup> De acordo com a concepção gramsciana, a hegemonia de uma classe social é produto de dois processos: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto da confiança) que o grupo dominante obtém por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1978 p.11)

<sup>6</sup> A noção de bloco histórico enquanto categoria política e analítica possui um duplo caráter. Refere-se à unidade entre um conjunto de classes para a direção de uma formação econômico-social, conforme demonstrou Gramsci (1987) ao analisar a questão meridional italiana. Mas, ao mesmo tempo, o bloco histórico só pode ser compreendido enquanto unidade entre estrutura e superestrutura, visto que “a estrutura e a superestrutura formam um bloco histórico, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1987a, p.52)

<sup>7</sup> Refere-se ao proprietário de uma empresa agrícola capitalista no Rio Grande do Sul.

<sup>8</sup> Poder simbólico: “[...] o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica)” (BOURDIEU, 2005, p.14).

<sup>9</sup> Esse processo iniciou em 2001 com a política agrária estabelecida pelo Governo Estadual do Rio Grande do Sul entre 1998 e 2002. In: DA ROS (2006).

<sup>10</sup> Sobre o tema consultar: GÖRGEN, S. A. **Marcha ao coração do latifúndio**. Petrópolis: Vozes, 2004.

<sup>11</sup> Para uma distinção entre produção simples de mercadorias e reprodução ampliada do capital consultar: MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livros I e II.

<sup>12</sup> Crise de hegemonia: corresponde ao processo que Gramsci (1968, p. 55) denomina de “crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado empreendimento político pelo qual pediu o consentimento das grandes massas, ou porque amplas massas passaram de repente da passividade política a certa atividade e assim apresentaram reivindicações”.

<sup>13</sup> Conforme aborda Bourdieu (2009), o *habitus* se configura como uma interiorização que é externalizada através das práticas, trata-se de uma mediação entre o condicionamento (estrutura) e a criatividade (o indivíduo). “O *habitus*, sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. (BOURDIEU, 2009, p.201-202)

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON, G. J; RUA, J.; RIBEIRO, M. A (org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p. 97-117.

ARRUDA, H. M. R. F. **Cartografia de síntese para análise integrada da paisagem do município de São Gabriel/RS: uma proposta de zoneamento ambiental**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In: MICELI, S.(Coord.). **Pierre Bourdieu: a economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p.183-202.

BRUNO, R. A. L. **O ovo da serpente**. Monopólio da terra e violência na Nova República. 310 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

DA ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o Governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha**. 477 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2006.

DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 7-11.

DEMATTEIS, G; GOVERNA, F. Território y territorialidad en el desarrollo local. La contribución del modelo SLOT. **Boletim da A.G.E.** n. 39, p. 31-58, 2005.

FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. O movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. n.15, p.61-85, 2000.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geografia dos movimentos sociais. **Observatório Social da América Latina**. n. 16, p. 273-283, 2005.

\_\_\_\_\_. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento. **Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. Artigo do Mês. p.1-57, jul/ago. 2006. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>>. Acesso em: Setembro, 2011.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.45-70.

FONSECA, V. P. S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul**: A contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994.

GARCIA, G. B. **O domínio da terra**: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense oitocentista. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GRAMSCI, A. **O moderno príncipe**. In: GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p.3-179.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HAESBAERT, R. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estrutura fundiária do município de São Gabriel**. Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais (SNCR). Superintendência Estadual: Porto Alegre - RS. Consulta em: maio de 2011.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária em São Gabriel- RS**. Superintendência Estadual: Porto Alegre - RS. Consulta em: maio de 2011.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEFEBVRE, H. **Espacio y Política**: el derecho a la ciudad, II. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

MARTINS, J. S. de. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. **O cativo da Terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. 9ª ed.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livros I e II.

MÜLLER, N. L. A região de São Gabriel. XVII ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS. n. 4., 1962, São Paulo, **Anais**. São Paulo: Associação Nacional de Geógrafos Brasileiro, 1962. p.9-77

OLIVEIRA, A. U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994. p.45-67.

OSÓRIO, H. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1990

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1980.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática: 1993.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2007.p.187-204.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SHANIN, T. Introducción. In. SHANIN, T. (org.). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Economica, 1979. p.7-16.

\_\_\_\_\_. El campesinado como factor político. In. SHANIN, T. (org.). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Economica, 1979a. p.214-236.

\_\_\_\_\_. Campesinato: questões teórico-políticas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOUZA, M. L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In.: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.57-71.

Recebido em 23/12/2013. Aceito para publicação em 02/06/2014.
--